



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIII
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**SILENCIADOS, ESQUECIDOS OU APAGADOS? ASPECTOS DA HISTÓRIA E DA
MEMÓRIA DE UM LUGAR ONDE O SEU PRÓPRIO POVO NÃO É VALORIZADO
(IPIRÁ-BA)**

TARCÍSIO MARQUES SOUZA

ITABERABA – BA

2023

TARCÍSIO MARQUES SOUZA

**SILENCIADOS, ESQUECIDOS OU APAGADOS? ASPECTOS DA HISTÓRIA E DA
MEMÓRIA DE UM LUGAR ONDE O SEU PRÓPRIO POVO NÃO É VALORIZADO
(IPIRÁ-BA)**

Artigo apresentado ao Colegiado de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XIII, como requisito avaliativo para a obtenção do título de licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Jacimara Vieira

ITABERABA – BA

2023

TARCÍSIO MARQUES SOUZA

**SILENCIADOS, ESQUECIDOS OU APAGADOS? ASPECTOS DA HISTÓRIA E DA
MEMÓRIA DE UM LUGAR ONDE O SEU PRÓPRIO POVO NÃO É VALORIZADO
(IPIRÁ-BA)**

Artigo apresentado ao Colegiado de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XIII, como requisito avaliativo para a obtenção do título de licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Jacimara Vieira – Orientadora

Prof^a. Dra. Aline Najara Gonçalves – UFRRJ

Prof. Dr. Hamilton Rodrigues – UNEB

TABERABA – BA

2023

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar qualquer tipo de agradecimento, gostaria de deixar registrado, e até certo ponto imortalizado para aqueles que a posteridade do fazer historiográfico trouxer até as linhas dessa pesquisa, que esse foi, até o presente momento, o maior desafio da minha vida.

Em muitos momentos cogitei desistir, sentir-me inútil e sem capacidade cognitiva alguma. Todavia, a fé em Deus e na espiritualidade que me circula e acompanha, fez com que eu conseguisse chegar ao fim desse processo. Com isso, fica aqui o meu primeiro agradecimento.

Da mesma forma, gostaria de deixar registrado aqui os meus agradecimentos, mas, principalmente, o meu amor a minha mãe (Luciana), que sempre me deu apoio e incentivo nesse período todo que estive longe de casa. Sem a senhora mãe, talvez isso daqui não fosse possível.

Gostaria também de externar a minha imensa gratidão a professora Aline Najara, que acompanhou-me entre o primeiro e o sexto semestre do curso, sendo a pessoa que mais me influenciou dentro desse meu percurso da graduação.

Assim, também, gostaria de agradecer a professora Nora de Cassia, que ao chegar para agregar o colegiado do nosso curso em 2022, me acolheu como seu monitor e também como seu orientando.

Faço questão também, de externar o meu sentimento de gratidão aos demais professores do curso de História da UNEB, Campus XIII, que contribuíram imensamente para a minha formação. Porém, em especial, agradeço aos professores Luiz Alberto e Hamilton Rodrigues, que foram para mim inspirações como professores, historiadores e seres humanos.

Agradeço também a todos os amigos que cruzaram o meu caminho na UNEB e principalmente da Residência Estudantil, onde morei durante toda a minha graduação. Agradeço a vocês pela acolhida, em uma cidade onde não conhecia ninguém e também, por todos os debates e as noites de estudos que contribuíram imensamente para quem sou hoje.

Outrossim, gratidão também a todos os meus amigos da turma de história 2018.2. Obrigado por toda a parceria nesses cinco anos e também por todos os momentos de reflexão, discussão e diversão. Saibam que nunca me esquecerei de vocês.

Por fim, mas de forma alguma menos importante, gostaria de agradecer imensamente a professora Jacimara Vieira, por todo o acolhimento, carinho e ensinamentos no decorrer da minha graduação, mas, principalmente, por ter aceitado o desafio de me orientar nessa reta final da graduação, sendo completamente compreensiva e respeitosa, em um dos momentos mais difíceis da minha vida.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. DOS CAMINHOS QUE NOS CONSTITUEM.....	10
➤ 2.1 Aspectos da formação de Ipirá.....	11
3. “TODA MEMÓRIA É SELETIVA”: A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE IPIRÁ E SEUS APAGAMENTOS.....	19
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
5. FONTES.....	30
6. REFERÊNCIAS.....	31

RESUMO:

Partindo da perspectiva de que a memória é um dos campos formadores de identidades individuais e coletivas, é que a presente pesquisa buscará analisar o processo de construção memorialística que constitui a história da cidade de Ipirá. Desta forma, refletir-se-á por aspectos comumente propagados, mas, principalmente, por aquilo que não é dito pela “história oficial”. Buscando assim, trazer a superfície da história, o que foi esquecido no tempo.

PALAVRAS-CHAVE: História; História oficial; Memória; Esquecimento; Identidade;

ABSTRACT:

Starting from the perspective that memory is one of the fields that form individual and collective identities, this research will seek to analyze the process of memorial construction that constitutes the history of the city of Ipirá. In this way, it will reflect on commonly propagated aspects, but, mainly, on what is not said by the “official history”. Seeking to bring to the surface of history what was forgotten in time.

KEY WORDS: History; Official history; Memory; Forgetfulness; Identity;

1. INTRODUÇÃO:

Como chama-nos a atenção o historiador francês Marc Bloch: “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOCH, 2001, p. 65). Todavia, de forma quase paradoxal, Bloch (2001) também nos alerta que as inquietações que levam o historiador a se voltar ao passado partem, quase sempre, das suas vivências concretas no tempo presente. Outrossim, é a partir dessa dimensão paradoxal da relação entre passado e presente, ou presente e passado sobre a história de Ipirá, que surgem muitas das questões que me levaram até à presente pesquisa.

Desta forma, esse trabalho não diz respeito apenas ao processo de análise da construção da memória (história) de Ipirá, dentro da esfera do coletivo, mas também à reflexão a respeito da minha própria memória. Reflexão a respeito do meu Eu particular enquanto o produto da ideia de ser ipiraense¹.

A memória pode ser tanto individual, dentro das particularidades de cada pessoa e suas ações no mundo, quanto pode perpassar o campo da coletividade, algo que pode e é também construído a partir das relações sociais, o que faz com que ela esteja muitas vezes em constante mudança, sendo algo fluído com o tempo e as experiências (POLLAK, 1992).

Todavia, em vista disso, é que pensando através do método regressivo, busco ater-me às problemáticas que me rodeiam no cotidiano da minha experiência como um agente ativo da história, para regredir no tempo em busca de entender melhor, dentro do que me for possível – afinal não tenho a pretensão de esgotar todos os aspectos referentes ao percurso existencial dessa localidade –, alguns dos elementos que constituem o meu presente vivido.

Todavia, como um movimento para reflexão e construção da presente pesquisa, passei a observar em quais momentos a dita “história” ou “memória oficial” de Ipirá era trabalhada, quais os elementos que eram expostos e principalmente, o que as pessoas que estavam ao meu redor (meus pais, avós, amigos e professores) conheciam e propagavam a respeito desse percurso que fez com que a atual Ipirá se constituísse. E o que pude observar, nesse movimento particular, é que muito pouco se conhece, e este pouco é voltado para as “ilustres” figuras políticas do

¹ Nome dado a todo aquele que é oriundo da cidade de Ipirá.

município. Populações indígenas? Parece que nunca existiram nessa localidade. Questões como a escravidão, os quilombos, conflitos, resistências? Nada se sabe ou se fala.

Caminhando de forma paralela a isso, busquei no banco de monografias do meu curso, no campus XIII da UNEB, e nos bancos digitais de outras instituições estaduais aqui da Bahia, algo que me remetesse à história do período escravista aqui em Ipirá, para buscar entender como poderia uma localidade ser construída e estruturada durante quase todo o período em que o Brasil foi escravista, por exemplo, e não ter esses elementos em suas linhas da história.

Assim, fazendo uma breve análise dos últimos dez anos dos trabalhos registrados nos bancos de dissertações digitais dos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) deparei-me assim, com um total de duzentos e cinquenta e um trabalhos defendidos. Porém, deste quantitativo relativamente expressivo, apenas quinze trabalhos se debruçaram sobre o período escravista, e destes, apenas três versavam sobre o escravismo em cidades do interior, nenhuma das quais, porém, sobre a Villa Santana do Camisão².

Com relação ao banco de monografias e artigos da graduação, do curso de história do Campus XIII da UNEB, encontrei apenas três trabalhos que se desdobram sobre a cidade de Ipirá, porém, os recortes temporais e temáticos não se relacionam com as discussões a respeito da história da escravidão no Brasil, conseqüentemente não discutem a questão escravista nesta cidade³.

Desta forma, a partir da identificação da Bahia como a Província que deteve o maior contingente populacional escravizado do Nordeste, bem como a que por muito tempo carregou o maior quantitativo de escravizados do Brasil⁴, é extremamente

² A primeira análise do referido levantamento quantitativo foi realizado no dia 13/12/2021, às 14 horas, e foi atualizado no dia 20/11/2023, às 11 horas, chegando, assim no quantitativo final aqui apresentado. Todos os trabalhos podem ser acessados através do sítio eletrônico dos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

³ O curso de História do Campus XIII da UNEB não detém um acervo digital dos trabalhos de conclusão de curso, que foram apresentados durante seu tempo de existência, o acervo é físico e se encontra na sede no Núcleo de História Local (NHL), que é gerido pelo Colegiado de História do Campus XIII. Desta forma, os dados que eu apresento aqui sobre este Campus, foram elencados por mim no ano de 2019, período que fui monitor no referido Núcleo. Desde então acompanhei todas as defesas de TCC em História que aconteceram no Campus e não presenciei nenhuma sobre Ipirá, nem sobre escravidão ou abolição no Brasil e na Bahia.

⁴ Ver: RIBEIRO, Alexandre Vieira. **Estimativas sobre o volume do tráfico Transatlântico de escravos para a Bahia, 1582-1851**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005,

intrigante observar que os estudos sobre a escravidão neste Estado não despertaram, pelo menos de forma ostensiva, o interesse dos historiadores a respeito do recorte geográfico em que Ipirá está inserida.

Não obstante, compreendendo também que

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9)

Torna-se necessário também entender que mesmo com as subjetividades da individualidade da memória, os aspectos vivenciados pelo indivíduo, mesmo que de forma inconsciente, são geradores de alguns elementos sólidos na memória, que tornam-se imutáveis no tempo (POLLAK, 1992). Com isso, é necessário que realizemos o processo de crítica da fonte, dos dados e também da realidade por nós experienciada, visto que isso nos permite “[...] explicar as lacunas da história e assentá-la tanto sobre esse vazio quanto sobre os cheios que sobrevivem”. (NORA, 1993, p.)

Destarte, as pretensões são muitas para o andamento da presente pesquisa. Porém, como já sinalizado nas linhas que foram percorridas, não tenho a pretensão de esgotar apenas nesta investigação a totalidade das problemáticas sobre Ipirá ou sobre o seu topônimo Camisão. Assim, fixar-me-ei em duas questões: 1) Como se constitui a dita história oficial de Ipirá, e qual a memória que ela permite que se estruture? 2) Onde estão os negros livres, libertos ou escravizados na história de Ipirá?

2. DOS CAMINHOS QUE NOS CONSTITUEM:

p. 1-7. Neste trabalho, Ribeiro nos diz que foram importados à Província da Bahia, até o ano de 1851, cerca de 1.349.724 negros escravizados. Esse número equivaleria a 1/3 de todo o contingente africano que desembarcou nos portos do Brasil.

Há pouco mais de dois meses do momento efetivo da escrita desta pesquisa⁵, Ipirá comemorou o seu aniversário de número 168. Porém, o que muitos não lembram, ou até mesmo não têm conhecimento, é que esse quantitativo diz respeito ao período de emancipação política desta localidade. Afinal, Ipirá, que à época carregava o topônimo Camisão, foi elevada à categoria de Vila em 20 de abril de 1855, através da Resolução nº 520, instituída pelo então presidente da província da Bahia João Mauricio Wanderley:

Resolução de 20 de Abril de 1855 – N. 520. João Mauricio Wanderley, Presidente da Província da Bahia: Faço saber a todos os seus Habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Resolução Seguinte:

Art. 1º - O arraial de Sant'Anna do Camisão fica elevado a categoria de Villa, com a denominação de Villa de S. Anna do Camisão, gosando dos foros e prerrogativas competentes ás demais Villas do Império. [...]⁶

Em vias desse “esquecimento” ou até mesmo desse (des)conhecimento a respeito da dimensão histórica que essa localidade carrega, é que buscarei trazer à superfície e problematizar alguns aspectos a respeito de Ipirá que estavam submersos no oceano do tempo, da memória e da história.

2.1 – Aspectos da formação de Ipirá:

Desta forma, como nos chama atenção Bloch (2001), em muitos momentos os historiadores acabam por prender-se quase que de forma fetichista à perspectiva da origem, seja de um povo, de uma localidade, de um movimento ou algo correlacionado.

Todavia, isso pode vir a tornar-se um problema para a pesquisa histórica, afinal como, de forma precisa, datar o início de algo que está há séculos e a gerações de distância do historiador? Além do que, seria possível delimitar uma

⁵ As primeiras linhas desta pesquisa foram grafadas a partir do mês de junho de 2023.

⁶ Trecho retirado do documento que foi reproduzido na íntegra, na monografia do geógrafo ipiraense Alaryco César Gomes, apresentada e publicada no V Congresso Nacional de Geografia e História, que aconteceu em Salvador, no ano de 1916.

“linha de largada”, sem entender os contextos e levar em conta a dimensão global da história, com sua perspectiva relacional e de interdependência sócio/cultural?⁷

Enfim, o objetivo dessa pesquisa não é discutir questões de cunho teórico/metodológico da produção historiográfica. Porém, é interessante deixar explícito que devido à falta de fontes consideravelmente sólidas, diferente das obras memorialísticas que aqui analiso, não buscarei delimitar durante as linhas que se seguirão, um marco-zero para o surgimento e desenvolvimento da localidade que hoje conhecemos como Ipirá, até porque, poderia falhar na forma com a qual retrataria as populações indígenas que aqui habitavam antes da chegada dos colonizadores. Buscarei sim, apresentar e reflexionar a respeito de alguns elementos que nos são apresentados como constitutivo da origem e do desenvolvimento da história de Ipirá.

Desta forma, conforme o memorialista Dilemar Costa nos apresenta, a cidade de Ipirá, que já carregou o nome de Santana do Camisão⁸, pode vir a ser entendida como “um dos lugares mais antigos do Estado da Bahia”, visto que “suas terras [seriam] conhecidas desde o século XVI” (COSTA, 2003, p. 17). *A priori* como uma aldeia indígena Payayá, que veio a ser atacada e destruída em duas ocasiões diferentes (1654 e 1673), no que Costa (2003) denominou como “Missão do Camisão” e Barreto (2003) de “Inferno Paiaíá”⁹, subsequenciada por fazendas de criação de gado *vacum* e cabra, até o momento dos primeiros povoamentos na malhada da Fazenda Camisão, que estaria alocada onde hoje é a Praça Roberto Cintra (BARRETO, 2003).

⁷ A respeito da História Global ver: SILVEIRA, Aline Dias da. **História Global da Idade Média: Estudos e propostas epistemológicas**. Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, 2019, Volume 8, Número 2, pp. 210-236.

⁸ Em algumas documentações é possível ver o nome da localidade ser escrito com a seguinte grafia: Sant’Anna do Camisão.

⁹ A “Missão do Camisão” diz respeito ao processo conflitante entre os portugueses e indígenas durante os momentos iniciais da colonização efetiva no interior do continente. Essa missão foi desenvolvida em dois momentos. O primeiro ocorreu em 1654, sob a liderança de Gaspar Rodrigues Adorno. Porém, devido à grande resistência das populações indígenas desta região, foi temporariamente suspensa. Voltando a ocorrer novamente no ano de 1673, agora com a liderança de Estevam Ribeiro de Baião Parente, e sua tropa de bandeirantes – essa segunda investida contra as populações indígenas das terras que viriam a se tornar Ipirá foi denominada pelo historiador ipiraense Agildo Barreto como “o inferno Paiaíá”, devido à grande crueldade deste ataque. Essas e outras informações a respeito da “Missão do Camisão” estão presentes nas três obras memorialísticas de Ipirá. COSTA, Dilemar. **A saga do Camisão rumo a Ipirá**. Ipirá (BA) : Gráfica Radami, 2003. BARRETO, Agildo. **A Praça da Bandeira e outras Bandeiras**., 2003... GOMES, Alaryco César. **Estudo histórico-geográfico sobre o Município do Camisão**., 1916...

Entretanto, ainda dentro da dimensão das relações formadoras desta localidade, já que nada na história acontece como em um passe de mágicas, mas é no tempo que as transformações se desenvolvem, o historiador ipiraense Agildo Barreto nos fala que na segunda metade do século XVII, com a pouca condição de subsistência no litoral e com o aumento da produção de cana-de-açúcar no recôncavo, o gado precisou ser migrado para as regiões mais interioranas da província.

Desta maneira, “a área da serra da Caboronga¹⁰ e adjacências foi doada ao sesmeiro João Peixoto Viegas, que morava em Salvador e configurou-se num grande proprietário absentista, cujo contato com suas propriedades consistia em auferir-lhe os rendimentos” (BARRETO, 2003, p. 19).

Barreto faz-nos também a ressalva, de que nesse momento inicial os donos das sesmarias muitas vezes não eram os seus próprios administradores, ficando essa tarefa para alguns vaqueiros por eles designados. No caso da sesmaria do Viegas, *a priori* o seu administrador foi o Francisco Nunes.

Com o advento da morte do proprietário da sesmaria João Peixoto Viegas e do seu administrador Francisco Nunes, o herdeiro do Viegas, José Araújo Viegas, designa Gaspar de Araújo Pinho como o novo vaqueiro administrador da fazenda e por consequência, da sesmaria.

Estabelecida a nova administração, foi constituída a nova sede da fazenda, que segundo Barreto (2003, p. 42) ficou conhecida como “Fazenda da Ponta da Serra”. Essa localidade que antes servia como lugar de descanso para as boiadas e seus vaqueiros percorrendo a “rota real”, com a descoberta do ouro em Jacobina, passou a servir também como um local de descanso para tropeiros e exploradores:

Os tropeiros das serras de Jacobina eram assíduos na Fazenda da Ponta da Serra, que se tornou um significativo ponto de apoio e descanso para tropeiros exaustos e animais cansados, que necessitavam de abastecimento e de recompor as energias para tomar a viagem, em qualquer dos dois sentidos (BARRETO, 2003, p. 43)

¹⁰ Serra da Caboronga é uma junção de morros dispostos de Sudeste a Nordeste, que circundam o município de Ipirá. Todavia, neste vale está presente também uma mata denominada como Mata da Caboronga. Para mais informações ver: **Aspectos históricos e geográficos de Ipirá** – Secretaria Municipal de Educação – 2012, p. 66.

Nesse ínterim, acompanhando um dos muitos grupos que passavam em direção a Jacobina, chega até essa localidade o português Justiniano Ventura, “um sujeito alto, magro, de meia idade, que tinha o hábito de usar um camisão branco, folgado com franja, com um comprimento que ia até os joelhos” (BARRETO, 2003, p. 46), popularmente conhecido como “homem do camisão”.

Esse dito “homem do camisão”, segundo relatos da tradição oral e também dos memorialistas da cidade de Ipirá, é o responsável por dar o nome a essa localidade:

a versão mais coerente sobre a origem do nome desse Município, há quase trez séculos, e a seguinte: No tempo que as fazendas distavam umas das outras, muitas leguas na primitiva, morava um homem que usava camisas de algodão, preparadas aqui, muito cumpridas, quase um chambre, por cima das ceroulas. Os passageiros, embora poucos, marcavam o pouso ou o descanso ao meio dia, como ainda é habitual, na fazenda do Camisão e assim, tornou-se vulgar tão esquisito nome, pelo qual será eternamente conhecido. Os antigos afirmam ser verdadeira a origem do nome e ainda não apareceu outra versão, que causasse duvida á respeito. (GOMES, 1916, p. 528)

Justiniano Ventura ou “o homem do camisão”, “não era vocacionalmente um vaqueiro, e sim um estalajadeiro, curandeiro de renome, porque conhecia a eficácia das plantas medicinais” (COSTA, 2003, p. 21). Desta forma, aqui habitando,

o Homem do Camisão tornou-se uma figura notória e falada em toda a região. Notabilizou-se pelo cabedal adquirido na atividade de tropeiro, com estabelecimento de uma mercantilagem de mantimentos a granel que ascendia de ano a ano. O prestígio do Homem do Camisão traspôs as fronteiras da sesmaria da região da Caboronga, de boca em boca, e chegou à zona de Jacobina e às fazendas do São Francisco. Era uma referência conhecida como ministrador de beberagem para a cura de enfermidades e suas receitas de raízes provocaram a vinda de pessoas das mais diversas regiões, com os mais variados problemas. (BARRETO, 2003, p. 63)

Como Pollak (1992) sinaliza, a memória é constituída de três elementos básicos: os acontecimentos, os lugares e as pessoas ou personagens. Esse último – pessoas ou personagens – podem ainda ser entendidos a partir de três dimensões de contato:

personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens freqüentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. (POLLAK, 1992, p. 2)

Assim, falar do “Homem do Camisão”, por mais que não existam fontes documentais que comprovem a sua real existência, é justamente pensar a partir da dimensão desses personagens que acabam tomando sobre si um prisma de importância quase que mitológica para os povos que os mantêm vivos a partir de uma memória que é construída e transmitida através das gerações, como uma herança de um povo.

Por conseguinte, o expoente povoamento ganhou *status* de Freguesia no ano de 1755, permanecendo vinculada a Santana dos Olhos D’água (atual Feira de Santana). Com o seu crescente exponencial populacional, a Freguesia de Nossa Senhora Santana do Camisão chegou a ter sob os seus domínios as seguintes localidades: N. S. do Rosário do Orobó, Monte Alegre, Baixa Grande, Mundo Novo, Gavião e Serra Preta.

Todavia, nesse interim, Camisão ainda veio a ter um novo e último sesmeiro, como é possível observar no documento a seguir:

Alvará de 21 de Agosto de 1800 – 1 legua de largo e 3 de fundo. No sertão do Camisão, distante da Matriz onze léguas, onde havia uma Aldeia de Gentios, com todas as aguas, campos, pastos e mais logradouros uteis; salvo prejuízo de terceiro. Foro 500 réis, annualmente. Foi comprada a Valerio Pereira de Azevedo.¹¹

¹¹ Trecho retirado do documento que foi reproduzido na íntegra, na monografia do geógrafo ipiraense Alaryco César Gomes, apresentada e publicada no V Congresso Nacional de Geografia e História, que aconteceu em Salvador, no ano de 1916.

Talvez por conta desse vasto crescimento, “em 1838 a Freguesia é dividida em duas. Ela e N. S. das Dores do Monte Alegre, ficando depois esta fazendo parte de Jacobina” (GOMES, 1916, p. 520). Por conseguinte, em 1855 a Freguesia de Camisão é elevada à condição de Vila, tendo a sua Câmara instalada no mesmo ano¹² e, no dia 8 de agosto de 1896, através da Lei nº 444 foi juridicamente elevada à categoria de cidade (GOMES, 1916).

A cidade do Camisão, como ficou por muito tempo conhecida, veio ter seu nome alterado durante o terceiro decênio do século XX quando, em 20 de julho de 1931, através do Decreto nº 7.521, passou a chamar-se Ipirá¹³.

A mudança de nome tornou-se matéria em alguns jornais baianos, entre eles *O Itaberaba*, periódico da cidade de Itaberaba. Na matéria do dia 01 de agosto de 1931, na página de nº 4, observamos:

Camição, cidade vizinha e tradicional, cujo município se limita ao nosso, passou a denominar-se Ipirá, por um decreto do Sr. Dr. Interventor Federal deste Estado, que assim satisfez a um justo desejo da sua população á [palavra inelegível] numa longa representação.¹⁴

Nesta matéria, no trecho “assim satisfez a um justo desejo da sua população”, pergunto-me sobre qual desejo seria esse, e se afinal de contas era algo realmente desejado pela população. Como já observado em Pollak (1992), a memória política pode ser motivo de disputas entre grupos constitutivos de um mesmo local ou território. Da mesma forma que a memória também pode ser utilizada como um mecanismo de poder (POLLAK, 1989). Não seria essa mudança de nomenclatura um caso desses? Vejamos...

Alaryco Cesar Gomes, que viveu a transição secular no Camisão, em sua monografia produzida na segunda década do século XX, vai nos dizer que

¹² Segundo Gomes (1916), a primeira Câmara do Camisão foi composta por sete vereadores – Os cidadãos Mariano Gramacho Sampaio, Manoel dos Anjos Gramido, Angelo Custondio de Lima, José Ribeiro de Macêdo, Innocencio José de Souza Santos, Manoel Joaquim da Silva Dultra e José Thomaz de Souza Mello. Compunha a Câmara também o Tenente Coronel Manoel Joaquim Pedreira Sampaio (Presidente) e o Major Joaquim José Pedreira Mangabeira (Secretario).

¹³ Ipirá, pelo que nos contam é uma palavra de origem indígena – não se sabe ao certo se Tupi ou Paiaia. Outrossim, o nome Ipirá significa: Ipi = rio e rá = peixe, fazendo alusão ao Rio do Peixe, que é o principal rio que corta o município.

¹⁴ Acervo do Núcleo de História Local (NHL) da UNEB – Campus XIII.

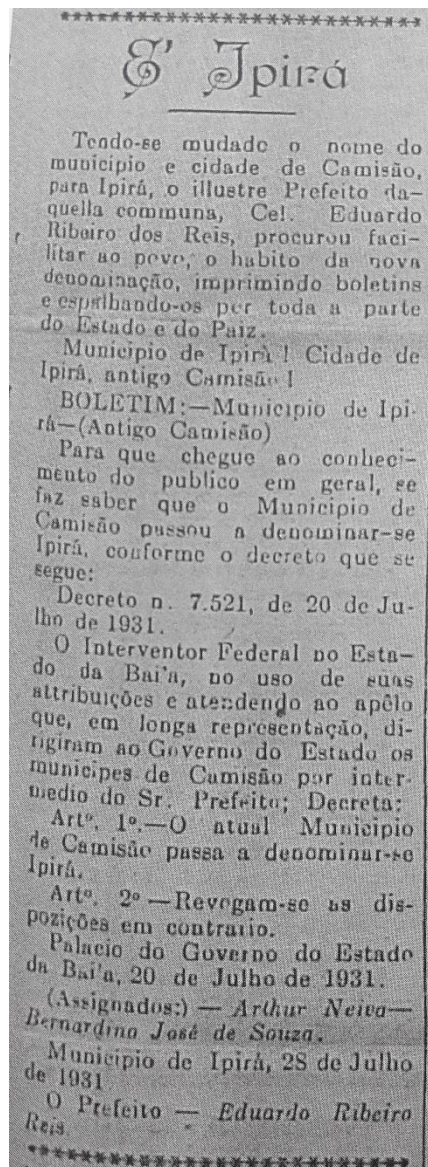
analysando-se com critério e sem interesse, a não ser o de fallar a verdade, o Camisão de hoje, deve a maior parte do que possui, ao esforço da geração passada [...]. Havia homens de fortuna que se interessavam pelo engrandecimento do logar, a representação era feita por cidadãos capazes, que tinha merecimento próprio e compenetravam-se dos deveres dos seus cargos. A vida muito mais fácil, muito dinheiro, a Villa mas habitada, tudo melhor. [...], pasmando diante dos factos abominaveis que presenciámos todos os dias, dos hábitos que a nossa civilização tem plantado, da incompetencia, da pusilanimidade! (GOMES, 1916, 530).

Deixando explícito a partir daí um real choque de gerações, entre um Camisão oitocentista, envolto em progresso e tomado por um sentimento de moralidade e pertencimento, e um Camisão que se constituía com um nova geração de inábeis.

Assim, arrisco-me a dizer que essa mudança de nome pode ter vindo a ser uma tentativa dessa nova geração política, econômica e cultural do Camisão em desligar-se desse passado que os assombrava, para apresentar a comunidade um novo florescer.

Uma outra questão a respeito desta mesma discussão, que pode vir a reforçar esse ponto, diz respeito a não compreensão e reprodução imediata do nome Ipirá. Segundo o periódico *O Itaberaba*, na sua edição do dia 22 de agosto de 1931, na página de nº 3, o então prefeito da agora Ipirá, Eduardo Ribeiro Reis, produziu um boletim para ser divulgado em “toda a parte do Estado e do paiz”. Segue em anexo na íntegra essa reportagem:

Figura 1 – Reportagem do periódico O Itaberaba, do dia 22/08/1931, sobre o boletim informando a mudança de nome do Município de Camisão, para Ipirá.



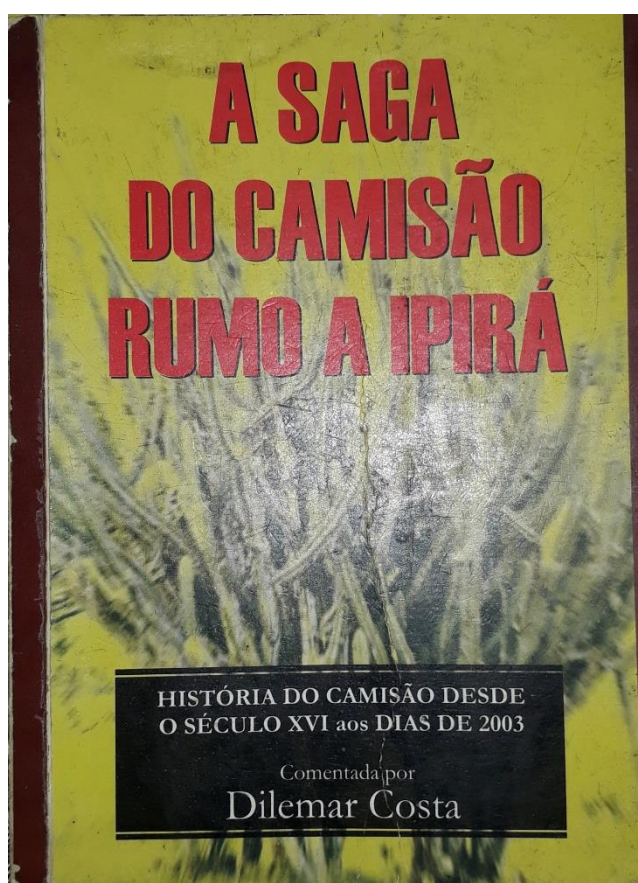
Fonte: Acervo do Núcleo de História Local (NHL) da UNEB – Campus XIII.

Assim, da mesma forma que “nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objeto de desejos e projeções” (ANDERSON, 2008, p. 10), na perspectiva das micro atuações humanas, a trajetória, a história e a memória das localidades podem ser forjadas também com o intuito de construir, ou melhor, de inventar os sentidos do vir a ser – que no nosso caso é o sentido do vir a ser um cidadão ipiraense.

3. “TODA MEMÓRIA É SELETIVA”: A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE IPIRÁ E SEUS APAGAMENTOS:

As minhas primeiras interrogações a respeito da forma com a qual a história de Ipirá era reproduzida, são anteriores à minha condição de historiador/pesquisador em formação, visto que dizem respeito ainda ao meu período de aluno da educação básica, quando tive em minhas mãos pela primeira vez o livro *A saga do Camisão rumo a Ipirá*¹⁵, de autoria do memorialista Dilemar Costa.

Figura 2 – Capa do livro “A Saga do Camisão Rumo a Ipirá”.



Fonte: Acervo pessoal.

Esta obra, que traz sobre si o aspecto de uma história de longa duração (apesar do autor não ser historiador), busca nos apresentar os aspectos históricos, geográficos, políticos e administrativos da cidade de Ipirá, desde sua possível

¹⁵ COSTA, Dilemar. **A saga do Camisão rumo a Ipirá**. Ipirá (BA) : Gráfica Radami, 2003.

origem enquanto uma rústica fazenda de sertanejos¹⁶ no século XVII, até o ano de 2003¹⁷.

A *Saga do Camisãõ Ruma a Ipirá* é estruturado com 289 páginas, desdobradas em seis capítulos. O primeiro visa apresentar alguns dos motivos que levaram os portugueses a romper com a faixa litorânea e adentrar ao interior do continente, bem como expor alguns poucos elementos referentes aos possíveis conflitos existentes entre as populações indígenas da região de Ipirá com os bandeirantes.

Todavia, esse é o capítulo mais curto de toda a obra, constando apenas nove páginas, bem como já apresenta em sua própria nomenclatura também uma grande problemática, visto que o Costa (2003) intitula-o como “Pré-História”. Com isso, observamos a presença de uma concepção convergente com as apresentadas pelos positivistas. Afinal, com isso, o autor não demonstrar entender a trajetória das populações indígenas como um elemento constitutivo das linhas que tecem em si a História de Ipirá.

O segundo capítulo, intitulado como *História Antiga*, aborda questões referentes ao processo de povoamento desenvolvimentista da região hoje circunscrita a Ipirá. É nesse capítulo que serão abordadas questões referentes às sesmarias e ao “Homem do Camisãõ”.

Aqui, faço novamente uma ressalva ao “Homem do Camisãõ”. Entendo que a memória detém os seus lugares de presença e desenvolvimento (NORA, 1993), porém, questiono-me até que ponto esse Justiniano Ventura realmente existiu. Afinal, não se tem – ou melhor, eu não conseguir encontrar vestígios, marcas ou indicativos confiáveis que atestassem a existência dele – nenhum tipo de registro concreto da sua existência.

Compreendo que a oralidade e a memória, ainda mais as que são transmitidas através do aspecto geracional (POLLAK, 1992), são grandes ferramentas de preservação sócio/cultural, além de ser um importante elemento dos processos de constituição indetitária (POLLAK, 1992) e não estou aqui para

¹⁶ Sertanejo é por mim entendido e aqui utilizado, para designar aquele que mora na região do sertão, aqui no caso: o sertão da Bahia, dentro da perspectiva de distanciamento da faixa litorânea do Estado da Bahia. Para mais informações a respeito do conceito de sertão e sertanejo, com sua variação ao longo do tempo, ver: MACEDO, Tairone Zuliani de. **As origens e evolução etimológica dos termos sertão e sertanejo**. pg. 1-10.

¹⁷ 2003 foi o ano de publicação da referida obra, acredito que por isso o autor demarcou esse como sendo o período final do seu recorte temporal.

questionar a veracidade dessas duas fontes históricas. Afinal, toda e qualquer fonte nunca apresentará de forma real e concreta o fato ocorrido.

Contudo, assim como as nações em seu processo de constituição, em uma macro estrutura de análise, ao longo das linhas de sua história – e com o Brasil não foi diferente –, sempre buscaram símbolos identitários (ANDERSON, 2008), acredito que em algum momento do desenvolvimento de Ipirá, criou-se sobre ela esse mito fundacional, com o intuito de correlacionar e vincular os diferentes povos que aqui habitavam. Até porque, os poucos elementos de sua história são significativamente contraditórios, pelo que falam e também por conta do que não é apresentado. Vejamos:

Costa (2003) e Barreto (2003) nos dizem que ele – o “Homem do Camisão” –, era português, que aqui chegou em meados do século XVII e que detinha conhecimento aguçadíssimo no trato das ervas, o que o transformaria em uma espécie de “curandeiro”.

Com isso, três coisas podem ser elencadas aqui. Primeiro: fala-se que ele chega a essas terras em meados do século XVII, mas não se diz de onde ele estava vindo ou para onde iria; qual a sua idade; se era casado ou solteiro; no caso de solteiro, se chegou a constituir família; se tinha escravizados; e a idade, data e local da sua morte.

Segundo ponto: devido ele ser português, é presumível com quase que uma totalidade de certeza, que ele era branco. Contudo, e aqui a gente chega ao terceiro ponto, ele tinha conhecimento de técnicas de manuseio de ervas que eram muito mais comuns para as populações indígenas ou africanas. O que significaria uma possível mistura racial e cultural sob um símbolo identitário de um povo.

Afinal, segundo o primeiro Censo do Brasil, feito no ano de 1872¹⁸, a já Vila de Nossa Senhora Santana do Camisão detinha um contingente populacional de 6942 pessoas livres e libertas e 939 pessoas na condição de escravizados. Esses dados do Censo podem ainda ser desdobrados por duas categorias: a nacional e a racial, para melhor entendermos o perfil social do Camisão e suas adjacências.

¹⁸ O primeiro Censo ocorrido no Brasil é datado do ano de 1872. O mesmo, por questões de reformas políticas da capital do Império, não veio a ocorrer na década de 80 do século XIX, retornando apenas na década seguinte. Por conta disso, é que neste, mas em outros momentos irei ater-me aos dados no Censo de 1872. O referido Censo, com seus respectivos dados podem ser encontrados digitalmente através do site do IBGE.

Quantitativo nacional: 5925 brasileiros e todos da Bahia / 17 estrangeiros, sendo 15 africanos (8 homens e 7 mulheres), 1 italiano e 1 português (ambos homens). E o quantitativo racial: 1460 brancos / 4726 pardos / 692 pretos / 64 caboclos¹⁹.

Não obstante, “História e Geografia”, capítulo seguinte, vem mostrar-nos elementos condizentes aos aspectos naturais do município. Todavia, esses três primeiros capítulos fazem-nos lembrar da estrutura organizacional desenvolvida pelo IHGB na busca de construir uma dimensão metodológica e de narrativa para a(s) história(s) “oficial(is)” do Brasil no século XIX e que se perdurou até as primeiras décadas do século XX, objetivando “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1993, p. 129).

Outrossim, entendendo que a escrita memorialística pode vir a ser um potencial mecanismo político para forjar a memória individual e principalmente coletiva de determinados grupos e lugares (GONÇALVES, 2019), observamos, sem nenhum tipo de disfarce, um salto temporal na obra do Dilemar Costa, que liga o período colonial direto com o período republicano.

Assim, o único elo existente entre os capítulos III e IV é um tópico intitulado “Notas Políticas e Legislações”, onde o Dilemar Costa, em duas páginas, faz um resumo de como se encontrava o cenário político da Vila do Camisão entre a década de 1870 e o ano de 1889, com o processo de institucionalização da República. Ou seja, 19 anos de história são resumidos em apenas duas páginas e a abolição da escravidão, que é um dos grandes marcos sociais do no país, é resumido em apenas dois breves comentários.

Com isso, os únicos dois trechos que observamos qualquer tipo de alusão à existência da escravidão e por consequência de algum tipo de ideal abolicionista no Camisão são: “Em Camisão, David²⁰ engajou-se ao Partido Liberal e pregava no

¹⁹ Todos esses dados inicialmente apresentados referem-se ao contingente de pessoas livres ou libertas.

²⁰ Costa (2003) nos diz que David Ferreira Lima era filho de um rico fazendeiro e comerciante da Vila do Camisão (mas não cita quem seria). No diz também que David fez seus estudos básicos em colégios de Cachoeira e Salvador, o que o levou a ter contado com “pensadores, jornalísticos tidos na época como revolucionário, pois eram Abolicionistas ou Republicanos.” Influenciado por esses pensamentos, David retorna a Camisão na década de 1870 onde, vinculado ao partido liberal, passa a se envolver na política local discutindo questões, por exemplo, vinculadas a abolição da escravidão. David chega, com todo o seu suposto engajamento, a tornar-se presidente do Conselho Municipal (que seria a condição de prefeito nos dias atuais), no ano de 1883. Gostaria também,

Conselho Municipal a abolição, o que irritava o velho Coronel Manoel Ribeiro Soares.” E, “[...] no dia 22 de maio o Correio a cavalo trouxe cópia da Lei Áurea. Os Liberais dançaram nas ruas do Camisão com os escravos Libertos. Contou-nos o velho Claudinho Santos, ‘Seu Dino’, que foi a maior festa que presenciou em sua longa vida nessa terra”. (COSTA, 2003, p. 111-112)

Desta forma, percebendo a existência paradigmática (NASCIMENTO, 2016) de um racismo estrutural (ALMEIDA, 2028), que desenvolve as ausências, os silenciamentos e os apagamentos das populações pretas nos diferentes âmbitos de atuação social, bem como compreendendo a necessidade de entendermos a memória como uma construção política (GONÇALVES, 2019), precisamos nos ater um pouco nesse momento a reflexionar de forma mais específica a respeito das populações negras do Camisão a partir, principalmente, dos aspectos que não foram ditos (GONÇALVES, 2015).

Como isso, entendendo o relativo peso que as obras memorialísticas detêm no processo de influenciar as gerações futuras através da memória que elas irão construir (GONÇALVES, 2015), é quase angustiante observarmos que em mais de 200 páginas o Dilemar Costa não busca fazer vir à superfície da história nenhum dos quase 1000 escravizados que existiam em Camisão na década, por exemplo, de 1870.

O Censo de 1872 nos diz que a população cativa da Vila de Nossa Senhora Santana do Camisão era de 939 pessoas²¹, sendo quase 1 escravizado a cada 7 pessoas livres ou libertas. Assim, o que leva um pesquisador que se propõe a fazer um trabalho de cunho histórico/historiográfico, a não colocar os elementos do

mesmo não sendo o ponto dessa pesquisa, de fazer uma ressalva comentando que o David Ferreira Lima é o pai de Joaquim David Ferreira Lima, que foi o primeiro médico do Hospital centenário (Hospital Nossa Senhora da Conceição) da cidade de Tubarão, no Estado de Santa Catarina. Além disso, Joaquim David Ferreira Lima também foi Deputado Estadual e Federal pelo estado de Santa Catarina entre os anos de 1904 e 1926, informações disponíveis em: <https://abencoadacidadeazul.blogspot.com/2016/07/dr-joaquim-david-ferreira-lima.html> e https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/492-Joaquim_Davi_Ferreira_Lima.

²¹ De forma um pouco mais minuciosa, o Censo nos diz que deste quantitativo de 939 cativos, 481 eram homens (151 pardos / 330 pretos) e 458 eram mulheres (154 pardas / 304 pretas). Da mesma forma, esse total era dividido em 907 brasileiros e todos da Bahia e 32 estrangeiros, sendo todos africanos (22 homens e 10 mulheres). No quesito idade: Homens – mais novos na casa de 1 ano de idade, sendo 1 pardo e 7 pretos, e os mais velhos, sendo 2 pretos entre 91 e 100 anos de idade; Mulheres – mais novas na casa de 1 ano de idade, sendo 5 pardas e 4 pretas e as mais velhas entre 71 e 80 anos, sendo 2 pretas. O Censo ainda nos permite visualizar a distribuição por profissões exercidas por esses escravizados: Homens: 1 Operário de vestuário; 2 Operários de calçados; 275 Lavradores; 60 Criados e Jornaleiros; 46 Serviços Domésticos; 97 Sem profissão. Mulheres: 42 Costureiras; 212 Lavradoras; 4 Criadas e Jornaleiras; 118 Serviços Domésticos; 82 Sem profissão.

período escravista em suas linhas, da mesma forma que não buscar colocar a cor dos seus sujeitos, em sua pesquisa? (NASCIMENTO, 2016)

A partir disso, uma questão que pode ser levantada por algumas pessoas é: até onde esses dados do Censo podem ser entendidos como realmente fidedignos ao período do seu levantamento? Sinceramente, não h como saber isso. Porém, o cruzamento de fontes me permite afirmar sem nenhuma sobra de dúvidas que existiu escravidão em Ipirá. Não só escravidão, como provavelmente uma atuação abolicionista nessa localidade.

Luiz Anselmo da Fonseca, renomado médico baiano do século XIX, que também foi atuante junto ao ideal e aos movimentos abolicionistas na Província da Bahia, ao escrever a obra *A escravidão, o clero e o abolicionismo*²², em seu capítulo VIII – “O abolicionismo no interior da província da Bahia” – quando busca se dedicar a apresentar as sociedades abolicionistas e sua atuação fora da centralidade de Salvador e do Recôncavo, nos diz que

A não ser na cidade da Cachoeira, se pode dizer que o abolicionismo ainda não conseguiu penetrar no interior da província da Bahia.

Além d'aquella cidade, os unicos logares em que elle tem adherentes descobertos e luctadores, alias em numero pequenissimo, são Cannavieiras, Ilhéos, Camisão e Santo Antonio da Barra. (FONSECA, 1887, p. 331)

Ademais, além de simplesmente citar Camisão como um dos lugares onde a atuação abolicionista existia, Fonseca (1887) ainda busca nos dar detalhes – mesmo que singelos – a respeito de como se dava essa atuação abolicionista na Vila de Santana do Camisão.

CAMISÃO. – O Sr. Pedro Alves de S. Boaventura foi provocador, e hoje é o centro, de um pequeno movimento abolicionista na villa do Camisão, onde nos consta haver um club libertador que tem o seu nome.

Inutil é dizer que, [...] o seu patriotismo lhe tem conquistado ódios e racores.

²² A referida obra esta na condição de domínio público e pode ser acessada através do site da biblioteca do Senado.

Em fins de Junho do corrente anno, Maria, escrava de José Ricardo da Cunha Sampaio, foi seviciada por sua senhora.

Dirigindo-se em 1.º de Julho á casa do Dr. Juiz municipal comunicou-lhe este facto e, mais, que não tinha sido matriculada por José Ricardo.

Aconselhou-lhe a autoridade que procurasse Pedro Alves e lhe pedisse para requerer á collectoria certidão de não ter sido matriculada.

Feito o pedido, elle prestes o satisfiz.

Obtendo certidão negativa, disto scientificou a Maria e declarou-lhe que ella por auctoridade da lei se achava livre, entregando-lhe o documento.

Sem embargo d'isso, os ex-senhores de Maria, que residiam em sua fazenda, distante do Camisão, a mandáráo prender n'aquella villa, sendo ella encerrada em um aposento.

Na evspera de ser conduzida para o cárcere *do castello* senhorial, evadio-se, divagou alguns dias pelas matas, voltando depois á villa, onde no dia 4 de Agosto requereu ordem de *habeas-corpus* preventivo.

A proteção que, estribado no direito positivo, Pedro Alves tem dispensado a Maria, fez passar do estado chronico ao agudo a malevolência dos potentados do Camisão contra elle.

No dia 16 do mesmo mez foi-lhe entregue uma carta anonyma, na qual se lhe ameaçava de tirar a existência [...]. (FONSECA ,1887, p. 366 e 367)²³

A atuação dessa sociedade abolicionista em Camisão é reforçada na dissertação *A abolição na Bahia: uma história política – 1870-1888* do historiador Jailton Lima Brito (1996), onde buscando apresentar o que seria o perfil dos abolicionistas baianos, bem como apontar as principais sociedades abolicionistas da Bahia, com sua forma de atuação e os caminhos da resistência, da propagação e da pressão social, desenvolvida por esse movimento.

Bem como buscando analisar a atuação dos opositores do ideal abolicionista, e a atuação dos escravizados como agentes ativos do processo da abolição. Tudo isso, sempre tendo o elemento social e principalmente o elemento político por traz

²³ Fonseca (1887) ainda discorre mais um pouco a respeito desse processo da escravizada Maria e também da perseguição ao Pedro Boaventura, mas deixo para a sua curiosidade investigativa leitor, fazer-te ir até a fonte e colher de lá as informações que farão passar tua sede de conhecimentos.

da sua análise. Jailton Lima Brito fala da existência de um movimento abolicionista em Camisão, colocando o Pedro Alves de São Boaventura como o seu grande articulador e nos dando algumas percepções de eventos que aconteceram nesta Villa.

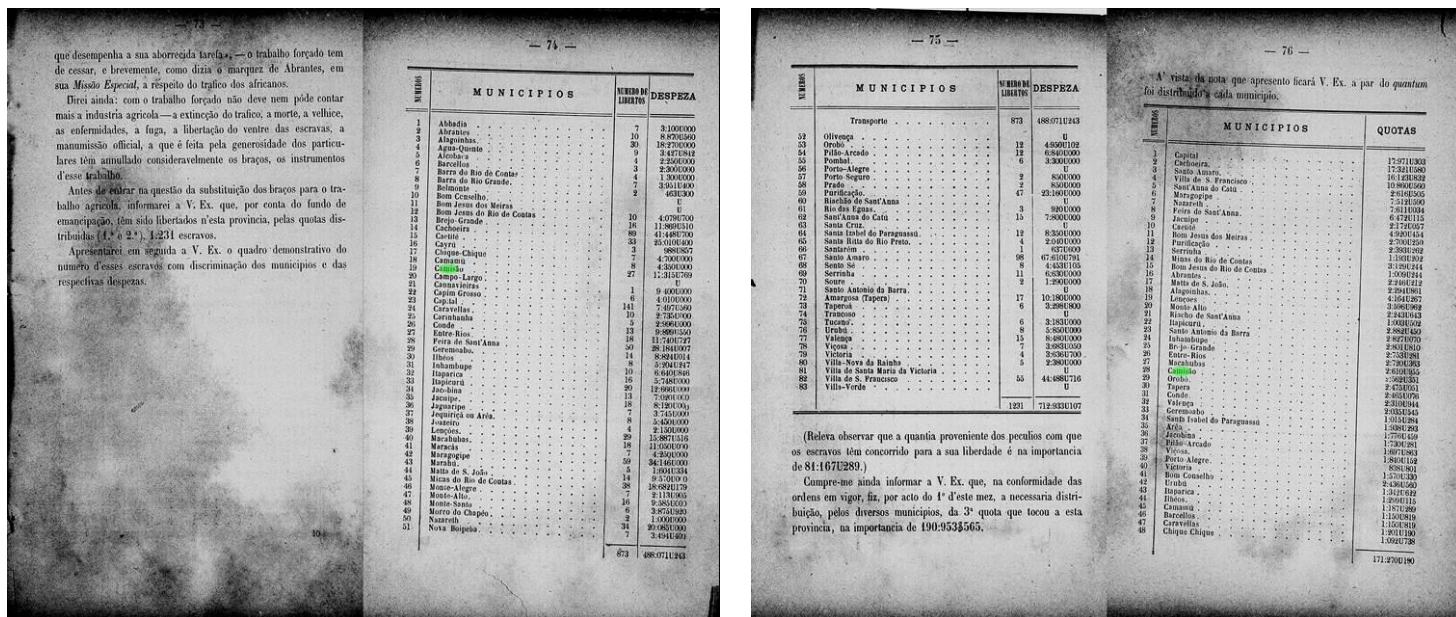
Outro elemento que vem coadunar para a existência a escravidão e da atuação abolicionista em Camisão, são os *relatórios dos trabalhos do conselho interino de governo*, aqui da província da Bahia. No relatório de 20 de março de 1882, por exemplo, produzido pelo João dos Reis de Souza Dantas (2º Vice-Presidente da província), para o Pedro Luiz Pereira de Souza que passava a ser o administrador (Presidente) da província, observamos a presença de uma série de questões, objetivando apresentar o panorama geral da província para o novo presidente.

Com isso, uma das questões abordadas diz respeito ao trabalho escravo. Na página 74 o relatório fala sobre o fundo de emancipação e o conseqüente quantitativo de escravizados que foram liberados na província a partir dele. Desta forma, ele apresenta uma tabela com os municípios, os números de escravizados libertados e o valor.

Camisão, por sua vez, aparece com 27 escravizados libertados, custando aos cofres da província 1:315U769. Logo na sequência (página 76) ele apresenta outra tabela, agora com o valor da cota do fundo de emancipação que foi distribuída no respectivo mês de março de 1882. Camisão, por sua vez, aparece recebendo o valor de 2:562U351²⁴. Todavia, em outros dois relatórios como este, porém dos anos de 1883 e 1884, voltamos a encontrar a relação de Vila de Camisão com o fundo de emancipação e também com os tributos referentes à compra e vendas de escravizados na respectiva Vila.

²⁴ Todo o relatório, com os respectivos dados podem ser encontrados digitalmente através do site da hemeroteca digital.

Figura 3 e 4 – Dados do relatório dos trabalhos do conselho interino de governo, de 20 de março de 1882



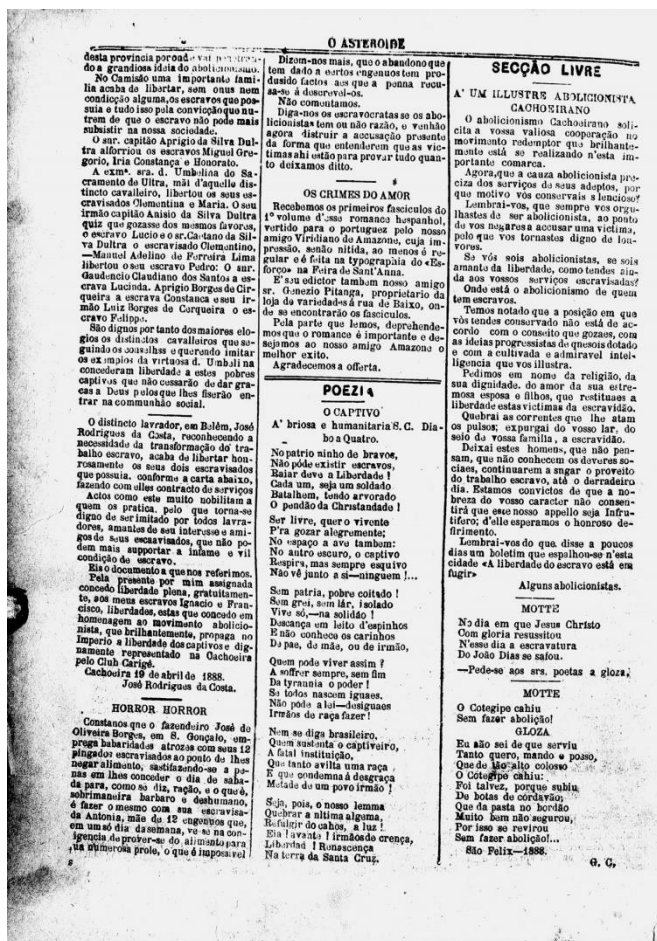
Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital.

Outro elemento que caminha em direção à percepção concreta de que Camisão não foi um lugar fora do contexto do período escravista brasileiro, é o periódico abolicionista *O Asteroide*, da cidade de Cachoeira, que na sua edição de nº 58, do dia 20 de abril de 1888, apresenta uma reportagem sobre a libertação de alguns escravizados na vila no Camisão, a maioria realizada pela família Silva Dultra. Ao todo, na reportagem aparece que foram libertados 11 escravizados (6 homes e 5 mulheres), sem nenhuma condição imposta para a alforria dos cativos.

Da mesma forma, a reportagem cita os nomes dos ex-senhores e dos ex-cativos. E dentre eles, dois nomes chamam mais atenção, afinal se trata de Aprigio da Silva Dultra e seu tio Anizio da Silva Dultra, dois dos grandes nomes da politica local – chegaram a exercer, por exemplo, o cargo de Intendente do município. Fazendo-nos perceber assim que possivelmente, os maiores escravagistas eram também os principais representantes do poder político local (GONÇALVES, 2019)²⁵.

²⁵ Os escravizados libertados foram: Miguel Gregorio, Iria Constança, Honorato, Clementina, Maria, Lucio, Clementino, Pedro, Lucinda, Constança e Felipe.

Figura 5 – Reportagem do periódico O Asteroide, de 20 de abril de 1888



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital.

Sei que o grande objetivo dessa pesquisa não é falar necessariamente e exclusivamente sobre o período escravista brasileiro, desdobrado na Villa de Nossa Senhora Santana do Camisão, mesmo tendo ainda muitos outros elementos que apresentem e nos dê possibilidades de reflexão, deixarei esse pondo de análise para pesquisas futuras.

Por conseguinte, *História na República*, quarto capítulo do livro, vem apresentar os principais nomes da política Ipiraense entre os séculos XIX e XX, bem como seus principais feitos para o desenvolvimento dessa cidade. Com isso, sem apresentar necessariamente a perspectiva temporal/cronológica de cada mandato, Costa (2003) cita 10 intendentes e 4 prefeitos nomeados.

No mesmo ritmo do anterior, o autor desenvolve seu capítulo de número cinco visando apresentar ao seu leitor os prefeitos que foram eleitos através do voto e seus maiores feitos para o município de Ipirá. Desta forma, entre os anos de 1946 e

2004, ele cita um quantitativo de trezes prefeitos. Fazendo-nos perceber o processo de seleção a respeito de qual memória se objetiva estruturar e transmitir. Já que os grandes nomes da política local recebem até capítulo específico para terem os seus feitos vangloriados, em detrimento das trajetórias de um total apagamento das trajetórias de uma série de “anônimos da história” (SANTOS, 2013).

Por fim, em seu último capítulo “Transformações Políticas e Administrativas”, Dilemar Costa apresenta-nos apenas a questão referente ao significado do nome de Ipirá, a composição da sua bandeira, seu hino e a atual dimensão territorial do município.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A seleção feita por historiadores, mas, principalmente, a seleção feita por memorialistas – muitas vezes financiados pelo poder público local – tem o poder de forjar a memória de indivíduos e coletividades dentro das dimensões do local e do regional. Tornando-se assim, o silenciamento e o apagamento de aspectos da história, em favor da exaltação de outros, um processo eficaz (GONÇALVES, 2019).

Assim, frente ao longo percurso que o Dilemar Costa buscou traçar na sua pesquisa, é possível observar a valorização de uma classe social intelectual e economicamente elevada, com sua “memória oficial”, em detrimento de questões e figuras menos abastadas, com sua respectiva “memória subterrânea”²⁶. O que é o caso, por exemplo, da população negra do Camisão²⁷. Na obra não existe a presença do elemento servil; não consegui encontrar os negros livres, libertos e escravizados do Camisão.

O período de quase 400 anos da escravidão brasileira não foi expresso em sequer um parágrafo completo, nas mais de 200 páginas de sua obra. Gerando assim, de forma explícita, um apagamento da presença negra e do escravismo da história local de Ipirá e por consequência, na memória coletiva de seus habitantes.

²⁶ Para um melhor aprofundamento nos conceitos de “memória oficial” e “memória subterrânea”, ver: POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

²⁷ Fazenda Camisão, Freguesia de Nossa Senhora Santana do Camisão, Villa de Nossa Senhora Santana do Camisão e Cidade do Camisão, foram esses os nomes que este local deteve até o ano de 1931, quando passou a chamar-se Ipirá.

Assim, com o distanciamento do período escravista brasileiro, há um possível processo de ascensão coletiva de Ipirá, visto que a memória pode ser construída com o intuito de servir como um mecanismo de hierarquização e diferenciação entre o Eu e o Outro, bem como com o objetivo de pertencimento e da construção de uma identidade social.

Além do que

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 7)

Afinal, como também sinaliza o Michael Pollak, a memória pode ser “estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p. 1).

5. FONTES:

5.1 – Fontes Bibliográficas:

- COSTA, Dilemar. **A saga do Camisão rumo a Ipirá**. Ipirá (BA) : Gráfica Radami, 2003
- FONSECA, Luís Anselmo da. **A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo**. Bahia : Imprensa Economica, 1887.
- Monografia do geógrafo ipiraense Alaryco César Gomes, apresentada e publicada no V Congresso Nacional de Geografia e História, que aconteceu em Salvador, no ano de 1916 - GOMES, Alaryco César. **Estudo histórico-geográfico sobre o Município do Camisão.**, 1916...

5.2 – Fontes Documentais:

- Recenseamento do Brasil em 1872 – Bahia.

5.3 – Fontes Documentais disponíveis em meio digital:

- Relatório dos trabalhos do Conselho Interino do Governo (Província da Bahia), 1882-1883-1884-1885.

5.4 – Periódicos disponíveis em meio físico:

- Acervos do Núcleo de História Local (NHL) da UNEB – Campus XIII.

5.5 – Periódicos disponíveis em meio digital:

- O Asteroide, 1887-1888.

6. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo** / Benedict Anderson; Tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Aspectos históricos e geográficos de Ipirá – Secretaria Municipal de Educação – 2012.

BARRETO, Agildo. **A Praça da Bandeira e outras Bandeiras.**, 2003...

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Tradução, André Telles. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRITO, Jailton Lima. **A abolição na Bahia: Uma História política – 1870-1888**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 265, 1996.

GONÇALVES, Aline Najara. **O poder político e a escrita sobre alagoinhas no pós-abolição imediato**. In: Dos fios as tramas: tecendo histórias, memórias, biografias e ficção / Eliana Evangelista Batista, Paulo Santos Silva (Organizadores). – Salvador: Quarteto, 2019, pg. 97-116.

_____. **Uma cidade sem escravos (?): Memória, história e silêncio em Alagoinhas (BA)**. In: Anais... XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

MACEDO, Tairone Zuliani de. **As origens e evolução etimológica dos termos sertão e sertanejo**. pg. 1-10.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”:** contribuições à história social do trabalho no Brasil. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 583-586, setembro-dezembro 2016.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. **Memória e Identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **Estimativas sobre o volume do tráfico Transatlântico de escravos para a Bahia, 1582-1851**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005, p. 1-7.

SANTOS, Hamilton Rodrigues dos. **Pedaços da História: roteiros da vida de feirantes no Recôncavo da Bahia no século XX**. In: Diálogos: a pesquisa histórica

em movimento / Gilmara Ferreira de Oliveira Pinheiro; Lígia Conceição Santana (organizadoras). – Salvador: UNEB, Núcleo de História Local, 2013, pg. 111-119.

SILVEIRA, Aline Dias da. **História Global da Idade Média: Estudos e propostas epistemológicas**. Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, 2019, Volume 8, Número 2, pp. 210-236.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.